

# MORATÓRIA DA SOJA

---

## RELATÓRIO ANUAL

GTS - GRUPO DE TRABALHO DA SOJA

### **Subgrupo de Relações Institucionais**

**Carlo Lovatelli – ABIOVE**

**Paulo Adario – Greenpeace**

**24 de julho de 2007**

# Subgrupo de Relações Institucionais



## Objetivos

- **Aproximar o Grupo de Trabalho da Soja (GTS) dos membros de órgãos governamentais, com o intuito de aprimorar as políticas de desenvolvimento sustentável para o Bioma Amazônia**
- **Estimular o aperfeiçoamento da legislação para melhorar os mecanismos de comando e controle (fiscalização e penalização) na região**
- **Estimular o desenvolvimento de um plano estratégico para o Bioma Amazônia que gere emprego e renda para os mais de 20 milhões de habitantes daquela região, conservando ecossistemas de alto valor**

## → Causas do desmatamento

### Importantes causas do desmatamento no Bioma Amazônia

1. Fragilidades institucionais dos órgãos públicos federais e estaduais, responsáveis pelo monitoramento e controle do desmatamento
2. Abertura de estradas e outras obras de infra-estrutura, sem políticas adequadas de ordenamento territorial e gestão ambiental
3. Ausência de políticas públicas (crédito, assistência técnica, pesquisa) para incentivar a valorização da floresta, para fins de manejo e serviços ambientais e a melhor utilização de áreas já desmatadas
4. Grilagem de terras públicas, onde o desmatamento tem sido utilizado para estabelecer a posse, muitas vezes em situações de conflito social
5. Criação de assentamentos rurais em áreas inadequadas, sem condições de sobrevivência das famílias
6. Expansão das cadeias do Agronegócio

Fonte:  
Ministério  
do Meio  
Ambiente

# Subgrupo de Relações Institucionais

→ Causas do desmatamento

Das seis principais causas do desmatamento no Bioma Amazônia, apontadas pelo Ministério do Meio Ambiente, cinco relacionam-se à esfera governamental

A participação do Governo é fundamental para o sucesso da Moratória da Soja

→ Esforço conjunto de governança



# Subgrupo de Relações Institucionais

→ Como o Governo pode ajudar?

- Agilizar a disponibilidade de mapas do Bioma Amazônia pelo MMA ou IBGE em escala adequada, priorizando o norte do Mato Grosso e fronteira do Maranhão
- Cadastrar as propriedades rurais pelo INCRA, priorizando as áreas críticas
- Incentivar a implementação do licenciamento ambiental por estados ou MMA
- Acelerar a preparação do plano do MAPA para utilização de áreas já degradadas
- Reforçar a dotação orçamentária do INPE e melhorar a coordenação com demais órgãos geradores de dados para evitar o “Apagão” de dados
- Intensificar as ações previstas no Programa para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal
- Implementar o zoneamento ecológico econômico

# Subgrupo de Relações Institucionais



## Órgãos Federais

- Casa Civil da Presidência da República (Coordenação)
- Ministério do Meio Ambiente (MMA)
- Ministério da Agricultura (MAPA)
- Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)
- Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)
- Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM)

## → Conclusões

- Houve uma boa receptividade dos membros do Governo às propostas do GTS e há interesse em melhorar a governança
- Fornecimento de ferramentas no curto prazo: mapa do bioma em escala 1 para 100.000 e imagens de satélite identificando as áreas desmatadas
- O grande desafio é agilizar a implementação de
  - Cadastramento das propriedades rurais com georeferenciamento
  - Licenciamento ambiental das propriedades rurais (SLAPR)
  - Programa de regularização fundiária
  - Zoneamento Ecológico Econômico



## Conclusões

- O cadastramento das propriedades rurais já é obrigatório na venda e transferência das propriedades acima de mil hectares e permitirá identificar os proprietários das fazendas. As consultas serão pela Internet
- O Licenciamento ambiental possibilita conhecer a situação da propriedade em relação ao cumprimento da legislação ambiental
- A regularização fundiária está regulamentada. Há necessidade de recompor a base cartográfica do estado do Mato Grosso
- O Zoneamento Econômico Ecológico depende de ações dos governos estaduais
- O governo poderá ser o grande gestor da Sustentabilidade na Amazônia com a participação do Setor Empresarial e Organizações da Sociedade Civil